



Ministério da Saúde
Secretaria-Executiva
Gabinete

ATA

Comitê Estratégico de Governança - CEG

1ª Reunião Ordinária do Comitê Estratégico de Governança do Ministério da Saúde - 2025

1. Data, Horário e Local da Reunião

Reunião realizada em 13 de outubro de 2025, às 15h, no Ministério da Saúde, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, 9º andar – Sala Síntese, na cidade de Brasília (DF).

2. Pessoas Presentes

2.1. Instâncias integrantes do Comitê Estratégico de Governança e representantes, nos termos do art. 4º da Portaria GM/MS 6.064, de 12 de dezembro de 2024:

I - Ministro de Estado: Sr. Adriano Massuda (Substituto do Ministro de Estado Alexandre Padilha);

II - Secretário-Executivo: Sra. Juliana da Silva Pinto Carneiro (Secretária-Executiva Adjunta);

III - Secretária de Atenção Primária à Saúde: Sra. Ana Luiza Ferreira Rodrigues Caldas;

IV - Secretário de Atenção Especializada à Saúde: -

V - Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde: Sra. Fernanda de Negri;

VI - Secretário de Vigilância em Saúde e Ambiente: Sr. Fabiano Geraldo Pimenta Junior (Secretário Vigilância em Saúde e Ambiente Adjunto);

VII - Secretário de Saúde Indígena: Sra. Maria Lucilene Martins Santos (Secretária de Saúde Indígena Adjunta);

VIII - Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: Sr. Felipe Proença de Oliveira;

IX - Secretária de Informação e Saúde Digital: -

2.2. Outras autoridades convidadas: Sra. Eliane Aparecida da Cruz (Chefe de Gabinete do Ministro); Sra. Ana Carolina Dantas Souza (Subchefe de Gabinete do Ministro); Sra. Conceição Aparecida Pereira Rezende (Diretora de Programa); Sr. Wesley Alexandre Tavares – Chefe da Assessoria Especial de Controle

Interno; Sra. Maria Eufrásia de Oliveira Lima (Ouvidora-Geral do Sistema Único de Saúde); Sra. Andrea Katherine de Sousa Suguino (Coordenadora-Geral de Gestão de Demandas de Órgãos de Controle); Sra. Karla Regina da Silva Gomes (Coordenadora-Geral de Gestão da Integridade); Sr. Tell Victor Furtado Coura (Coordenador-Geral de Gestão de Riscos).

3. Abertura

Aos treze dias do mês de outubro, do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e trinta minutos, na Sala Síntese do Ministério da Saúde, situada no 9º andar, reuniu-se o Comitê Estratégico de Governança do Ministério da Saúde (CEG/MS), composto pelo representante da Secretaria Executiva e demais representantes das Secretarias do MS, conforme convocação prévia, sob a presidência do Senhor Adriano Massuda, Secretário Executivo, Substituto do Ministro de Estado.

O Sr. Adriano Massuda deu início à Primeira Reunião Ordinária do ano de 2025, do Comitê de Governança do Ministério da Saúde, sendo que o Sr. Wesley Tavares, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno informou a pauta da referida reunião.

4. Pauta da Reunião Ordinária

A 1ª Reunião Ordinária do Comitê Estratégico de Governança do Ministério da Saúde trouxe os seguintes itens de pauta deliberativa e informativa:

Pauta Deliberativa:

Aprovação da versão atualizada da Política de Gestão de Riscos do Ministério da Saúde (PGR/MS);

Aprovação do Plano de Gestão de Riscos 2025-2026 (já parcialmente em execução); e

Aprovação do Relatório de Avaliação do Desempenho Institucional de Gestão de Riscos do Ministério da Saúde 2022-2024 (RADIGR/MS).

Pauta Informativa:

Reporte do monitoramento do Plano de Integridade do Ministério da Saúde – IntegriSAÚDE; e

Reporte das Demandas de Órgãos de Controle.

5. Apresentação

5.1. Gestão de Riscos

Foi relatado pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), Sr. Wesley Tavares, que a principal justificativa para a atualização da Política de Gestão de Riscos do Ministério da Saúde (PGR/MS), atualmente instituída por meio da Portaria GM/MS 1.185/2021, se refere à necessidade de adequação dessa Política à nova estrutura organizacional do Ministério da Saúde, e que a proposta da nova PGR foi elaborada após análise técnica que contou com a participação de representantes de todas as secretarias do MS. Na sequência, foram apresentados os objetivos da nova PGR, a Matriz de Riscos, que relaciona dois conceitos fundamentais: probabilidade e impacto, o conceito de apetite a riscos e a Declaração de Apetite a Riscos do MS.

Posteriormente, foi realizada a apresentação das alterações sugeridas para a nova Política de Gestão de Risco do Ministério da Saúde, com objetivo de torná-la mais inclusiva, transparente e com ações mais específicas, como, por exemplo, a possibilidade de proposição de melhorias para o processo de gerenciamento de risco pelo DENASUS, além de mudanças de nomenclaturas para se adequar à estrutura organizacional atual do Ministério da Saúde

Em seguida, foi apresentada a linha do tempo da implementação da Gestão de Riscos no Governo Federal e no MS, desde a Publicação da Instrução Normativa nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos, e governança no âmbito do Poder Executivo Federal até o momento atual, que é de apresentação dos resultados do primeiro ciclo de gestão de riscos do MS e de validação do Plano de Gestão de Riscos do MS 2025-2026, que já está parcialmente em execução desde o primeiro semestre do corrente ano.

Foi apresentado ainda resumo do Relatório de Avaliação do Desempenho Institucional de Gestão de Riscos do Ministério da Saúde 2022-2024 (RADIGR/MS) com os programas, políticas e estratégias (temas), objetos de gerenciamento de riscos definidos pelas secretarias do MS, o Sr. Wesley Tavares afirmou que o relatório conta com a descrição detalhada do trabalho desenvolvido, e que o relatório foi entregue previamente aos secretários. O representante da AECL destacou o alto percentual de riscos identificados que extrapolam o apetite do MS.

Por fim, antes da abertura de rodada de discussão dos secretários, foi apresentada a proposta do Plano de Gestão de Riscos do Ministério da Saúde 2025-2026, documento discutido previamente pelas áreas técnicas das secretarias, e que resultou no aumento de quatorze para vinte e um “objetos” de gerenciamento de riscos. Trata-se de programas, políticas, estratégias que contemplam parte relevante do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2024-2027 do MS.

Aberta a rodada de discussão para sugestões de outros temas a serem inseridos no Plano de Gestão de Riscos 2025-2026, o Secretário Executivo (SE), Sr. Adriano Massuda sugeriu a inclusão do tema “*Financiamento do Sistema Único de Saúde por meio de emendas parlamentares*”; o Secretário Adjunto da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), Sr. Fabiano Geraldo Pimenta Junior, sugeriu o tema “*Emergências em Saúde Pública*”; o Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), Sr. Felipe Proenço de Oliveira, sugeriu a inclusão do tema “*Piso Nacional da Enfermagem*”, os quais foram devidamente acatadas pelos membros do Comitê

Contudo, a Secretária-Executiva Adjunta, Juliana Carneiro, destacou que deve ser verificada a melhor abordagem no que se refere ao tema “*Financiamento do Sistema Único de Saúde por meio de emendas parlamentares*”, em função da amplitude do objeto a ser alvo do gerenciamento de riscos.

O Diretor de Programa da Secretaria Executiva Sr. Rodrigo Portella sugeriu que seja discutida a relação entre inovação e gestão de riscos.

A Secretária de Atenção Primária a Saúde, Sra. Ana Luiza Ferreira Rodrigues Caldas, destacou a necessidade de uma nova rodada de análise dos secretários para aprovação do Relatório de avaliação de Desempenho Institucional e fez apontamentos acerca das correções necessárias.

5.2. Programa de Integridade do Ministério da Saúde - IntegriSAÚDE

O Sr. Wesley Tavares deu sequência à apresentação dos itens de pauta da reunião por meio do reporte do Programa de Integridade do Ministério da Saúde –

IntegriSAÚDE e do monitoramento do cumprimento das 116 iniciativas declaradas no Plano IntegriSAÚDE 2025-2026, as quais encontram-se estruturadas em 6 eixos temáticos, a saber:

Eixo 1. Promoção da Integridade e da Ética (23 ações);

Eixo 2. Promoção da Transparência e Dados Abertos (26 ações);

Eixo 3. Gestão de Riscos e Controles Internos (10 ações);

Eixo 4. Fortalecimento das Instâncias de Integridade do MS (16 ações);

Eixo 5. Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação no Trabalho na Saúde (32 ações); e

Eixo 6. Prevenção e Enfrentamento à Corrupção (9 Ações).

No tocante às 9 iniciativas advindas do Eixo 6, existem seis que foram declaradas pelo Ministério da Saúde no Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027, monitorado pela Controladoria-Geral da União (CGU), que congrega 260 ações formuladas por órgãos de todo o Governo Federal, conforme demonstrativo do s í t i o : <https://www.gov.br/cgu/pt-br/plano-de-integridade-e-combate-a-corrupcao-2025-2027>. Referidas ações objetivam robustecer a integridade e prevenir e combater a corrupção na administração pública federal.

Por fim, ressalta-se que o Ministério da Saúde guarda alinhamento ao Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação – Sitai, instituído pelo Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023. O Programa de Integridade do Ministério da Saúde – IntegriSAÚDE foi instituído por meio da Portaria GM/MS nº 5.763, de 25 de novembro de 2024 e completará 1 ano de vigência no mês de novembro. As informações institucionais sobre o Programa e o Plano IntegriSAÚDE 2025-2026 podem ser consultadas no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/integrisaude> .

5.3. Demandas de Órgãos de Controle

O Sr. Wesley Tavares efetuou o reporte sobre as Demandas de Órgãos de Controle. Nesta seção, foi exposto o panorama atual das auditorias, fiscalizações e recomendações conduzidas por órgãos de controle externo e interno no âmbito do Ministério da Saúde, bem como as ações de acompanhamento e monitoramento realizadas pela AECI/MS.

Foi relatado que atualmente existem **75 auditorias ativas** sob acompanhamento no Ministério da Saúde, sendo **45 conduzidas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e 30 pelo Tribunal de Contas da União (TCU)**. Houve destaque para o grau de criticidade das referidas auditorias.

Ressalta-se que a AECI/MS vem dedicando atenção prioritária às fiscalizações classificadas com as criticidades “alta” e “muito alta”, em razão de seus potenciais impactos para a gestão do SUS e para a conformidade institucional.

Na sequência, foi apresentado o panorama das demandas de auditorias em andamento, totalizando 201 demandas registradas. Destacou-se que o índice de tempestividade das respostas aos órgãos de controle encontra-se em 36%, indicador considerado insatisfatório e que demonstra a necessidade de aprimoramento do fluxo de resposta e coordenação entre as unidades responsáveis.

Destaca-se que a AECI/MS vem realizando monitoramento individualizado de cada um dos itens das auditorias, aproximadamente 1,730 mil, assegurando o controle detalhado sobre as providências adotadas e pendências existentes.

Apresentou-se também o indicador de atendimento tempestivo desses itens, a quantidade de itens respondidos com atraso, o que reforça a necessidade de aperfeiçoar a gestão de prazos internos e otimizar o fluxo de tramitação de respostas, garantindo maior eficiência no relacionamento com os órgãos de controle.

Foi apresentado o quadro demonstrativo de auditorias distribuídas por Secretaria do Ministério da Saúde, com a concentração de fiscalizações em determinadas áreas estratégicas. Essa análise permite identificar os setores com maior volume de demandas e orientar a adoção de medidas preventivas e de melhoria contínua.

Em seguida, foram informados os principais temas sensíveis e eixos de maior atenção no âmbito das auditorias e fiscalizações em curso, agrupados em seis grandes eixos temáticos, a saber:

Eixo 1. Saúde Indígena;

Eixo 2. Insumos Estratégicos;

Eixo 3. Transferências de Recursos;

Eixo 4. Governança;

Eixo 5. Incorporação de Ciência e Tecnologia; e

Eixo 6. Avaliação de Políticas Públicas do Ministério da Saúde.

Os referidos eixos representam as áreas de maior risco e relevância institucional, demandando acompanhamento contínuo e articulação intersetorial para mitigação de vulnerabilidades.

Posteriormente, foi apresentado o panorama das recomendações registradas no sistema e-CGU, totalizando 433 recomendações em execução, distribuídas por Secretaria. Desse total, 354 recomendações ainda estão pendentes de manifestação das unidades gestoras, o que reforça a importância de intensificar o acompanhamento das providências e de promover a integração entre as áreas técnicas e a AECI/MS.

O Sr. Wesley Tavares descreveu o funcionamento da Rede Interna de Controle, destacando as instâncias e mecanismos de governança atualmente em vigor:

- Reuniões de colegiado com o Ministro da Saúde e o Secretário-Executivo;
- Reuniões mensais com as Coordenações-Gerais responsáveis por demandas de órgãos externos;
- Pontos de controle semanais com o Gabinete da Secretaria-Executiva;
- Pontos de controle quinzenais diretamente com o Secretário-Executivo;
- Publicação iminente da Portaria de Fluxo, regulamentando o acompanhamento das demandas de controle;
- Acompanhamento das Tomadas de Contas Especiais (TCEs) para pronunciamento ministerial;
- Publicação do Informe Semanal, às segundas-feiras, consolidando os processos sensíveis e auditorias em andamento, com destaque para os que entram em pauta nas sessões do TCU e os acórdãos deliberados.

Ao final, o Sr. Wesley Tavares reforçou a importância da colaboração institucional e do comprometimento das Secretarias na observância dos prazos e na qualidade das respostas aos órgãos de controle. Destacou-se que a atuação

preventiva e coordenada é essencial para fortalecer a governança, a transparência e a integridade da gestão pública.

6. Deliberações

A nova versão da Política de Gestão de Riscos do Ministério da Saúde foi aprovada por unanimidade pelo Comitê Estratégico de Governança (CEG).

O Plano de Gestão de Riscos do MS 2025-2026 foi aprovado por unanimidade, bem como a inclusão dos demais temas a serem objetos de gerenciamento de riscos, conforme sugestões dos secretários da SE, SGTES e SVSA. No entanto, não houve deliberação quanto à abordagem do tema “*Financiamento do Sistema Único de Saúde por meio de emendas parlamentares*” “ proposto para o novo Plano.

Após ampla discussão sobre itens do RADIGR a serem ajustados, decidiu-se, por unanimidade, pela necessidade de uma nova rodada de análise do Relatório de Avaliação do Desempenho Institucional de Gestão de Risco do Ministério da Saúde. Em tempo, foi assumido o compromisso de reenvio do Relatório às secretarias pela Assessoria Especial de Controle Interno, para que sejam apresentados eventuais ajustes até o dia trinta e um de outubro do corrente ano, acatando a sugestão da Secretária Ana Luiza Caldas.

7. Considerações Finais

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezessete horas e cinco minutos. Para registro, lavra-se a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros do Comitê Estratégico de Governança do Ministério da Saúde presentes na reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Ferreira Rodrigues Caldas, Secretário(a) de Atenção Primária à Saúde**, em 19/11/2025, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Geraldo Pimenta Junior, Secretário(a) Adjunto(a) de Vigilância em Saúde e Ambiente**, em 19/11/2025, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucilene Martins Santos, Secretário(a) Adjunto(a) de Saúde Indígena**, em 19/11/2025, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana da Silva Pinto Carneiro, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 21/11/2025, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Proença de Oliveira, Secretário(a) de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**, em 24/11/2025, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Massuda, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 24/11/2025, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda De Negri, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde**, em 25/11/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0051844918** e o código CRC **4B43EF86**.

Referência: Processo nº 25000.186586/2021-54

SEI nº 0051844918

Gabinete - GAB/SE
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br